

Sumário

A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DOS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO (ART. 150, VI, B, DA CF) – QUESTÕES CONEXAS (*Roque Antonio Carrazza*), 1

- 1 Introdução, 1
- 2 Parte I – Considerações Gerais – As imunidades tributárias, 2
 - 2.1 A impossibilidade jurídica de serem ignoradas as situações de imunidade tributária, 7
- 3 Principais aspectos da imunidade tributária dos templos de qualquer culto, 8
 - 3.1 A noção jurídica de “culto”, 25
- 4 Parte II – Questões específicas – Delimitação dos problemas práticos a serem solucionados, 28
- 5 Irrelevância jurídica da fonte dos ganhos das igrejas, para fins de fruição da imunidade do art. 150, VI, *b*, da Constituição Federal, 28
- 6 Da possibilidade jurídica de as igrejas, sem perda da imunidade tributária do art. 150, VI, *b*, da Constituição Federal, virem a criar instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, 30
- 7 Importação de bens materiais preordenados ao culto. Imunidade tributária em relação ao imposto sobre a importação e o ICMS, 32
 - 7.1 Generalidades, 32
 - 7.2 A intributabilidade das igrejas por meio de imposto sobre a importação, 32
 - 7.3 A intributabilidade das igrejas por meio de ICMS – importação, 34
- 8 Considerações finais, 41
- 9 Referências, 45

A AUTOAPLICABILIDADE DA IMUNIDADE DO PAPEL DESTINADO À IMPRESSÃO DE LIVROS, JORNAIS E PERIÓDICOS (*Daniel Moreti*), 49

- 1 Introdução, 49
- 2 Competência tributária e as imunidades tributárias, 50

- 3 Normas de estrutura e normas de comportamento, 51
- 4 A imunidade dos livros, jornais e periódicos e do papel destinado à sua impressão, 52
 - 4.1 Considerações gerais, 52
 - 4.2 Os mecanismos de controle da utilização do *papel immune*, 53
 - 4.3 A instituição de deveres instrumentais tributários por ato normativo infralegal, 55
 - 4.4 Classificação das normas constitucionais quanto ao grau de eficácia e aplicabilidade e as imunidades tributárias, 60
 - 4.4.1 O papel da lei complementar em matéria de imunidades tributárias, 61
 - 4.4.2 Imunidade do papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos: norma constitucional autoaplicável, 63
 - 4.5 *As sanções políticas* em matéria de *papel immune*, 65
- 5 Considerações finais, 68
- 6 Referências, 70

IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DESTINADA ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E A TRIBUTAÇÃO EM INVESTIMENTOS FINANCEIROS E NO TIPO *PRIVATE EQUITY* (Daniela Tadei Mailer), 73

- 1 Introdução, 73
- 2 Considerações gerais, 74
 - 2.1 Supremacia da Constituição Federal e a competência tributária, 74
- 3 Imunidade tributária, 76
 - 3.1 Classificação, 77
 - 3.2 Abrangência da imunidade tributária, 78
 - 3.3 Imunidade tributária das instituições de educação, 78
- 4 A imunidade tributária de instituição de educação e rendimentos auferidos em investimentos financeiros, 81
- 5 Destinação dos recursos financeiros de uma instituição de educação e aplicação em investimentos do tipo *private equity*, 84
- 6 Considerações finais, 86
- 7 Referências, 88

IMUNIDADE E OS “LIVROS-BRINQUEDO” (Fernanda Drummond Parisi), 89

- 1 Introdução, 89
- 2 A norma de imunidade, 90
 - 2.1 Conceito de norma jurídica, 90
 - 2.2 Normas de estrutura *vs.* normas de conduta, 92
 - 2.3 Conceito de imunidade, 93
 - 2.4 Sentido, alcance e conteúdo da norma de imunidade prevista no art. 150, VI, *d*, da Constituição Federal, 95
- 3 Livro: gênero e espécies, 96
 - 3.1 Conceito de livro, 96
 - 3.2 Os chamados “livros-brinquedo”, 98
 - 3.3 Os “livros-brinquedo” e a imunidade, 98
- 4 A inalterabilidade dos conceitos de direito privado para incidências tributárias, 101
 - 4.1 A exegese do art. 110, do Código Tributário Nacional, 101
 - 4.2 A exegese das normas de imunidade e a jurisprudência, 102
- 5 Considerações finais, 105
- 6 Referências, 106

IMUNIDADE DAS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL VERSUS APLICAÇÕES FINANCEIRAS DO SUPERÁVIT (*Fernando Bonfá de Jesus*), 109

- 1 Introdução, 109
- 2 Da imunidade das entidades de assistência social, 110
- 3 Da alegação de que as aplicações financeiras não perseguem os objetivos principais das entidades de assistência social, 114
- 4 A aplicação financeira do superávit não gera perda da imunidade, 116
- 5 Considerações finais, 120
- 6 Referências, 120

A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA E OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DOS CONTRIBUINTE (*Gilberto Frigo Junior*), 123

- 1 Introdução, 123
- 2 O princípio federativo, 124
- 3 A competência tributária, 125
- 4 A imunidade tributária, 126
- 5 Os direitos e as garantias fundamentais, 129
 - 5.1 Conceito e breves considerações históricas, 129
 - 5.2 Direitos e garantias fundamentais na Constituição de 1988 e as imunidades tributárias, 130
- 6 Considerações finais, 134
- 7 Referências, 135

CRITÉRIOS GERAIS DA IMUNIDADE APLICADA NO CONCEITO DE INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

(*Isabela Bonfá de Jesus*), 137

- 1 Introdução, 137
- 2 Da competência tributária, 138
- 3 Imunidade como norma jurídica constitucional, 139
- 4 Da conceituação de instituição de educação e de assistência social, 141
- 5 Requisitos legais para fruição da imunidade, 144
- 6 Do disposto na legislação complementar, 145
- 7 Do disposto na legislação ordinária, 146
- 8 Considerações finais, 147
- 9 Referências, 148

A POSSÍVEL IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DAS INSTITUIÇÕES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (*Leonardo Vanni*), 151

- 1 Introdução, 151
- 2 Breve introdução sobre o conceito de imunidade tributária, 152
- 3 A imunidade tributária como instrumento de princípio constitucional, 154
- 4 Dos critérios para fruição da imunidade tributária destinada às entidades de assistência social, 155
 - 4.1 Dos requisitos presentes na Constituição Federal, 155
 - 4.1.1 Da extensão do termo finalidades essenciais no art. 150 da Constituição Federal, 155
 - 4.1.2 Da ausência de finalidade lucrativa, 156
 - 4.2 Do papel da norma complementar, 157

- 5 Da imunidade tributária das entidades de previdência privada, 159
 - 5.1 Da equiparação legal das entidades de previdência privada como instituições de assistência social, 160
 - 5.2 Da generalidade como requisito para a caracterização como instituição de assistência social, 162
 - 5.3 Do requisito da gratuidade, 164
- 6 Dos argumentos conceituais – da diferença entre assistência social e previdência, 167
- 7 Considerações finais, 170
- 8 Referências, 171

INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DE LIVRO ESTENDIDA AOS LEITORES DIGITAIS DO TIPO *KINDLE*

(Marcio Cesar Costa), 173

- 1 Introdução, 173
- 2 Objetivos e organização do estudo, 174
- 3 Imunidade tributária (gênero), 175
- 4 Imunidade tributária de livros (espécie), 175
- 5 *E-readers – Kindle*, 179
- 6 Posicionamento do judiciário quanto à equiparação do suporte físico para efeito de imunidade, 182
- 7 Considerações finais, 185
- 8 Referências, 186

IMUNIDADE NO ICMS (IMPOSTO INDIRETO) *(Osvaldo Santos de Carvalho), 189*

- 1 Introdução, 189
- 2 O ICMS – Imposto sobre operações de circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, 190
 - 2.1 Breve histórico do ICMS (imposto sobre o consumo), 191
 - 2.2 O ICMS e o princípio da capacidade contributiva, 194
 - 2.3 A não cumulatividade do ICMS, 198
 - 2.4 Os chamados tributos indiretos (entre eles o ICMS), 200
- 3 Imunidade tributária, 202
 - 3.1 Imunidade no ICMS, 204
- 4 Considerações finais, 219
- 5 Referências, 223

IMUNIDADE DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

(Ricardo Bonfá de Jesus), 225

- 1 Introdução, 225
 - 1.1 Da imunidade recíproca, 225
- 2 Da imunidade recíproca para a sociedade de economia mista, 227
- 3 Considerações finais, 232
- 4 Referências, 233

VARIAÇÕES NA COMPETÊNCIA PARA TRIBUTAR OS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO: ALGUNS EFEITOS CONCRETOS

(Tácio Lacerda Gama), 235

- 1 Introdução, 235
- 2 Noções gerais sobre imunidades, 236

- 3 Imunidades genéricas e imunidades específicas, 237
- 4 A imunidade do art. 155, § 3º, da Constituição da República, 238
- 5 Requisitos para aplicação da imunidade específica prevista no art. 155, § 3º, da Constituição da República, 239
 - 5.1 A hipótese de incidência do tributo, confirmada por sua base de cálculo, deve se referir de forma direta e específica a uma das materialidades indicadas no art. 155, § 3º, da CF/88, 240
 - 5.2 A norma instituidora do tributo deve ter sido publicada antes da vigência da EC nº 33/2001, 240
 - 5.3 Inexistência de conflitos com os princípios da solidariedade e da universalidade, 242
- 6 Tributos criados em frontal violação deste dispositivo constitucional, 242
- 7 Considerações finais, 245
- 8 Referências, 245

IMUNIDADE DAS EXPORTAÇÕES: CRÉDITOS ACUMULADOS DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS E COFINS (*Vitor Martins Flores*), 247

- 1 Introdução, 247
 - 1.1 Proposição do tema, 247
 - 1.2 Premissas teóricas da análise, 251
 - 1.3 Objeto e método de estudo, 254
- 2 Contribuições sociais ao PIS/COFINS, 256
 - 2.1 Breve histórico das contribuições ao PIS/COFINS, 256
 - 2.2 Acúmulo de créditos das contribuições ao PIS/COFINS, 258
- 3 Acúmulo de créditos, ainda assim, 260
- 4 Utilização de créditos acumulados de PIS/COFINS, 261
- 5 Considerações finais, 266
- 6 Referências, 266